

“SOCIEDADE DE PRECÁRIOS”: A JUVENTUDE FACE A PRECARIIDADE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Pablo Almada

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a expansão da precariedade laboral e como ela tem vindo a afetar diretamente os jovens, colocando dilemas em termos do presente e do futuro, na medida em que a incerteza é um fator cada vez mais presente, seja em termos de inserção profissional, seja em termos da continuidade do trabalho coberto por direitos, formal e que não seja apenas uma estratégia de sobrevivência. O caso de Brasil e Portugal parece ser paradigmático, na medida em que nesses dois países, apesar de atuais relações econômicas distintas - o “surto” do desenvolvimento econômico Brasileiro, em contraposição a crise econômica e política da União Europeia, em especial do Sul da Europa - parecem conduzir à mesma situação, a da expansão da precariedade laboral, através do trabalho não assalariado e sem registro formal, do trabalho por conta própria ou, até mesmo, da redução de postos de trabalho e o aumento do desemprego. Disso resulta o questionamento: é a precariedade uma condição passageira para o trabalho e que afeta apenas os jovens? Ou torna-se uma condição cada vez mais patente ao trabalho? É o futuro dos jovens incerto? Quais as estratégias utilizadas atualmente por esse grupo etário para a resistência? A formulação dessa pergunta tem como base a observação de que, em ambos os países, nos últimos anos, jovens e estudantes tem se manifestado contra as crises econômicas e do sistema político na tentativa de ruptura com as várias situações de precariedade do trabalho e que afeta a vida cotidiana, no que diz respeito aos atos repressivos vivenciados no sistema democrático, que procuram impor – através de uma forma democrática, mas de essência repressiva – medidas de controle cada vez mais hostis aos jovens e aos trabalhadores. Como hipótese de partida, considero que as mudanças no trabalho em direção à precarização tem vindo a criar uma “sociedade de precários”, da qual os jovens são os principais afetados. No mais, essa consideração somente pode ser entendida se considerarmos que há um grande processo em curso de crise estrutural do capital, o qual coloca abaixo as perspectivas de conquistas de direitos sociais que foram dadas anteriormente, amplia o poderio de destruição do capital (representado pelas atuais dimensões de sua crise), fechando as possibilidades de ascensão social e aumentando a incerteza do futuro.

INTRODUÇÃO

Proponho aqui a discutir alguns pontos fundamentais para a construção de um quadro pertinente para essa problemática, relacionando a noção de “mundo do trabalho”, com a precariedade e a expectativa dos jovens¹. Observamos que a crise do capitalismo tem vindo a afetar diretamente as perspectivas de futuro, bem como tem ampliar quadros de criminalização e uso da força policial para conter essas manifestações.

Para tanto, faz-se necessário retomar algumas das dimensões objetivas e subjetivas do

¹ Os argumentos aqui seguidos também estão presentes no artigo “O futuro é mesmo incerto? A precariedade e os Jovens em Brasil e Portugal” In: ALVES, G; ESTANQUE, E. Trabalho, Juventude e Precariedade: Brasil e Portugal. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2012.

trabalho. Em primeiro lugar, para se analisar o processo dialético do desenvolvimento das sociedades capitalistas e suas disposições históricas, permeadas de rupturas, continuidades e similitudes, encontra-se como âncora o trabalho, entendido como protoforma do ser social (passagem do homem individual ao homem social), seguido pelo desenvolvimento (dialético e não positivo) das forças produtivas, como Marx já ressaltou (LUKÁCS, 1980). O trabalho irá ser constituinte negativo do capital, através de sua integração na venda da força de trabalho, transformando o processo de produção num processo capitalista de produção. Por isso, trata-se de uma subordinação do trabalho ao capital, ou seja, “formas de captura da subjetividade operária pelo capital” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 344).

Através da “relação social dos produtores com o trabalho global”(MARX, 2002, p. 94), formam-se relações e processos que enfatizam as relações objetivas com os meios de produção, estabelecendo antagonismos, conflitos e lutas que modulam a experiência social em “formas de classe” (MEIKSINS-WOOD, 1983, p. 91).

Nesse sentido, a experiência de classe é determinada (dialeticamente) pelas relações de produção, relacionando a consciência de classe como a forma cultural do trato dessas experiências (THOMPSON, 2004, p. 10) , o que as torna significativamente diferentes, sobretudo, pelo fato de a consciência de classe nunca ser da mesma forma em “tempos e lugares diferentes”. Essas disposições impossibilitam uma análise estrutural de classe pois, enquanto a formação de classe valoriza a efetividade e a relação histórica consequente (as lutas de classe), a concepção estrutural tomam as classes apenas por sua definição, e não pela experiência da qual elas são resultado (MEIKSINS-WOOD, 1983).

Se na sociedade capitalista o processo de formação de classe tem como fundamento o processo produtivo, o Estado moderno, por sua vez, também se ergue e se complementa na base desse modelo. Segundo MÉSZÁROS (2002, p. 106) “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”, constituindo-se na forma de uma *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Por isso, o Estado está subordinado ao capital, já que esse torna-se uma estrutura de comando singular em que as classes sociais e a estrutura política são deslocados ao segundo plano na estrutura hierárquica de controle do capital. O capital, como “um modelo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado”, opera como um *controle sociometabólico*, o qual não se constitui apenas como um mecanismo racionalmente controlado, mas uma forma incontrolável desse controle, de estrutura totalizadora (IDEM, p. 98). Fundamenta-se, portanto, um processo de sujeição do homem ao capital, do qual toda a sociedade se sujeita a esse controle estrutural limitado, fundante dos aspectos de divisão em

classes sociais e do controle institucional do poder político.

Assim, o Estado tem vindo a assumir a dimensão de controle e proteção do capital, sobretudo, através de referências políticas, ideológicas e econômicas (BURAWOY, 1990). A imbricação dessas três dimensões vêm a ressaltar um complexo produtivo composto por várias dimensões, no qual o mecanismo revela que o Estado somente garante a reprodução de certas relações de classe. Essa mediação do Estado, se assumiu mais claramente no período de edificação do Welfare State, que elevaram os níveis de bem estar social dos trabalhadores e que trouxeram, a princípio, garantias de estabilidade de emprego, oportunidades na carreira, mas que se desenvolveram através do estímulo ao individualismo e ao consumismo, dificultando as ações coletivas dos movimentos sindicais. Assim, “pode dizer-se que o mercado e o Estado se conjugaram com as estruturas sindicais na promoção de dispositivos de regulação dos conflitos e na criação de políticas sociais que ajudaram a consolidar o emprego como canal privilegiado de mobilidade social e fator de prestígio social” (ESTANQUE, 2008, p. 184).

A associação dessa postura do Estado com o Mercado crescente implicou em limitações bastante significativas ao processo laboral. Assumiu-se a lógica da racionalidade econômica em oposição ao humanismo da necessidade do movimento operário (GORZ, 2007), construído sobre a égide do trabalho como fim único em si mesmo e ilimitado, favorecendo o lucro a todo custo, separando o trabalho de sua necessidade e valorizado sua eficiência. A consequência foi a larga desestruturação do movimento operário e a imposição de sérias dificuldades de renovação e de reorganização internacional (WATERMAN, 2004). O desenho desse novo sindicalismo combina diversas formas de ação, como a luta no interior da força de trabalho para o maior controle do processo produtivo, exigência de melhores salários, condição de trabalho, inserção de novas tecnologias, políticas educativas, luta contra a subcontratação, métodos autoritários e tecnocráticos de controle, alianças com movimentos e comunidades não sindicalizadas, diálogos com movimentos não classistas ou pluri-classistas, na recusa de vanguardas e poderes soberanos (ESTANQUE, 2004).

Em suma, aponta-se para uma relação complexa e dialética entre as mudanças no sistema laboral e o processo de sustentação do sistema capitalista em torno da captura da subjetividade, juntamente com os efeitos sobre a contratualização, estabilidade e heterogeneidade do mundo do trabalho. Portanto, se faz necessário ampliar a concepção de classe trabalhadora no desenvolvimento capitalista atual e a compreensão de suas disposições *subjetivamente-objetivadas* e *objetivamente-subjetivadas*, ou seja, entender como se dá o processo de precarização do trabalho e seus efeitos subjetivos. Ainda que o argumento mais

recorrente seja de que a precarização afeta um conjunto de direitos sociais garantidos, pelo menos nas sociedades industriais, com a ascensão do Estado de Bem Estar Social, essa questão só foi tratada pelos marcos da regulação do Estado. Não se trata simplesmente da regulação do trabalho, mas sim, de quais são os fundamentos vitais da atividade humana, seus fundamentos ontológicos e do processo de como as mediações do Estado e do Mercado podem fundamentar experiências diferenciadas da classe trabalhadora.

OBJETIVOS

O objetivo inicial da discussão exposta é, portanto, estabelecer algumas similitudes na situação atual de Brasil e Portugal, procurando evidenciar que, não se pode falar de precariedade como um fator isolado dentro das sociedades, mas de um fator que atinge por completo o mundo do trabalho e a juventude. Procurarei inicialmente demonstrar algumas dessas características através da análise dos movimentos de jovens e estudantes presentes nos últimos anos nos dois países.

Para isso, como hipótese de partida, coloco que as mudanças no trabalho em direção à precarização crescente tem vindo a fissionar as experiências cotidianas e fraturar o horizonte de expectativas dos jovens. Nesse sentido, procuro evidenciar a presença de uma “sociedade de precários”, ou seja, uma sociedade em que o trabalho é apenas uma forma de sobrevivência e que exclui os jovens, impedindo-os o ingresso no mercado de trabalho; que reduz paulatinamente os postos de trabalho formais e com “direitos”, e que fundamenta o trabalho informal, a casualização, a terceirização, entre outras formas degradantes da subjetividade do trabalhador; que desvaloriza a formação e a qualificação do ensino, de modo a constituir o ensino apenas como um serviço; onde se fundamenta a “ditadura” da democracia representativa – que a poucos representa - e a falácia da democracia participativa que, tutelada pelo Estado, cria falsas expectativas através do discurso da construção democrática por baixo e da possibilidade incipiente de uma distribuição dos recursos mais igualitária, mas que não toca em pontos essenciais da sociedade, sobretudo naqueles relacionados o trabalho; uma sociedade em que a ciência pós-moderna toma conta do debate científico, desvirtuando a crítica e compreendendo a crise estrutural do capital como uma transição paradigmática.

No mais, essa consideração somente pode ser entendida se considerarmos que há um grande processo em curso de crise estrutural do capital, o qual coloca abaixo as perspectivas de conquistas de direitos sociais que foram dadas anteriormente, amplia o poderio de destruição do capital (representado pelas atuais dimensões de sua crise), fechando as possibilidades de ascensão social e aumentando a perspectiva que o futuro é a precariedade.

Porém, ainda que o quadro seja de incerteza, a ofensiva crítica desses movimentos tem vindo a criar possibilidades de mobilizações e manifestos que, por mais que sejam criminalizados pelo Estado e pelo capital, são formas de se projetar, concretamente, resistências que possam ultrapassar essa crise do capital. A constante presença da contestação social tem sido um marco bastante positivo, na medida em que esses movimentos colocam em cheque a democracia representativa e sua não-representação, argumentando por uma sociedade com Democracia Real, ou seja, a construção de novas perspectivas através da dialética entre dissenso-consenso-dissenso, em que a perspectiva do dissenso é ponto de partida e que, através do consenso, ou seja, da necessidade de uma transformação radical na sociedade, pode estabelecer um dissenso que represente a derrota final da democracia capitalista, controlada pela economia.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nessa pesquisa procurou estabelecer, inicialmente, uma análise bibliográfica da precariedade laboral, seguida pela pesquisa bibliográfica (em jornais e revistas) sobre a condição da precariedade em Brasil e Portugal apresentada recentemente pelos meios de comunicação.

No mais, a observação participante do movimento estudantil nos dois países e a participação em manifestações – juntamente com a recolha de depoimentos - tem levado a novos desenvolvimentos em minha pesquisa doutoral², que relacionam as questões da crise estrutural do capitalismo com a crise atual da democracia representativa – e seu controle através do autoritarismo político. Assim, manifestos como o “Geração a Rasca” em Portugal e as lutas de resistência estudantil na Universidade de São Paulo, no Brasil, compõem um quadro bastante significativo de que há uma mudança em torno da concepção de democracia e das formas que ela pode ser implementada. Da mesma forma, revelam a problemática dos jovens e da qualificação, de forma a evidenciar que cada vez mais a educação também é objeto de precarização, seja em relação ao trabalho, seja em relação a capacidade de se

² Refiro-me a pesquisa em curso “O pós-68 em Brasil e Portugal: Ideologias, Práticas e Identidades do Movimento Estudantil”, em desenvolvimento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. No conjunto da pesquisa, a análise da precariedade laboral aparece como uma tendência que já fazia parte das alterações econômicas presentes no final dos anos 1970 e que já aparecia nos discursos de resistência dos movimentos estudantis, ainda que escamoteada pelos debates sobre a democratização e fim do Estado Novo Português e da Ditadura Militar Brasileira. Dessa forma, procuro analisar uma genealogia da precariedade e do debate pela democratização, de forma que, as manifestações estudantis dos anos 1960, já traziam um poderoso componente crítico acerca do desenvolvimento posterior do capitalismo, da mesma forma que se articulava através de métodos democráticos de base, que estão vigentes atualmente em grande parte dos movimentos sociais que surgiram na atual crise social da Europa, em especial, assembleias gerais, a crítica ao autoritarismo, a necessidade de uma novo funcionamento do trabalho e a resistência à degradação subjetiva e alienação.

estabelecer um ensino crítico, autônomo e desvinculado dos interesses capitalistas.

RESULTADOS

No Brasil e em Portugal, algumas manifestações de jovens e estudantes tem fomentado importantes questionamentos acerca de aspectos da precariedade, da democracia, da educação e da universidade, cada um de sua forma. Não me deterei a uma apresentação sistemática desses manifestos – o que seria praticamente impossível aqui e, somente útil por todo, se o interesse aqui apresentado fosse uma reconstrução desse passado histórico recente, ainda que ele possa estar presente em nossa memória, ou cujas informações mais elementares podem ser encontradas nos arquivos recentes de jornais quando acessados pelos sites de busca – mas, refiro-me diretamente aos movimentos estudantis da Universidade de São Paulo e suas mobilizações recentes de 2007 a 2011; e dos movimentos de Indignados e “Geração à Rasca” que também se mobilizaram nos últimos 4 anos em Portugal e na Europa. No entanto, seria ilusório se pensar que no âmbito dos discursos dos movimentos há características similares – fato que pode ser muito mais perceptível se fizéssemos uma comparação sistemática entre os movimentos estudantis de Brasil e Argentina ou Chile, ou, entre os movimentos de indignados em Portugal e Espanha, ou Grécia.

No entanto, entendo que se essa aproximação é sim cabível e só pode ser possível se observarmos a relação entre o *espaço de experiências* e o *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006)³. Ou seja, no presente caso, quero aqui enfatizar: (i) como as experiências vividas através de acontecimentos recentes trouxeram à tona novos questionamentos sobre a crise estrutural do capital, sobre a precariedade, sobre a universidade e a educação; e (ii) como que as expectativas presentes trazem concretamente novas formas de resistência e de ofensiva, que oscilam num quadro de esperanças positivas, surpresas e decepções. Por isso, atribuirei a como metáfora os dois conceitos, na tentativa de poder contemplar essa discussão: o *espaço de experiências* pode ser entendido como a *mobilização do dia-dia*, ou seja, como o momento em que um movimento social distribui panfletos,

³ KOSELLECK (2006, 308-310) entende que “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”. Isso quer dizer, que o encontro dos dois conceitos se dá, não apenas na “execução concreta da história”, mas também, através da “determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução”. Finalmente, autor entende *experiência* como o “passado atual, daquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”; e, *expectativa*, como algo que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”.

confecciona cartazes, faz suas reuniões e debate com seus membros, etc, em síntese, quando faz a construção da luta cotidiana. O *horizonte de expectativas* seria portanto aquele momento em que, feita a luta cotidiana é organizada uma *manifestação nas ruas*, saindo de um lugar e chegando em outro, provavelmente um prédio do poder público, em que, no caminho, o movimento irá mostrar suas palavras de ordem, suas críticas ao que tem vindo a acontecer e/ou os desejos de melhorias. Observemos então isso nos movimentos acima referidos.

Na Universidade de São Paulo⁴, os estudantes tem protagonizado sucessivas greves e mobilizações em prol de maior democracia na instituição; no entanto, não se faz apenas como uma crítica à instituição. Há algumas nuances nessas mobilizações que são imprescindíveis. A crítica à mercantilização do ensino e do conhecimento universitário, presente na própria estrutura da universidade e no contato e tratamento com os estudantes. Concepções sobre o funcionamento devido do espaço público, sobre as proibições e permissões, sobre o que deve e o que não deve ser falado e pensado na universidade, entre outros aspectos, reforçam como que está sendo projetado o futuro profissional dos jovens e estudantes (da maior e mais importante universidade do país, o que faz com que esse “futuro profissional” seja considerado um “modelo” a seguir, o modelo que será incorporado com maior facilidade no mercado de trabalho e que nele irá se legitimar o discurso da ascensão social, do bom profissional, etc). Em termos gerais, a crítica se fundamenta principalmente em relação à necessidade de democracia no interior daquela Universidade – com os slogans de “Fora PM” e “Fora Rodas”, marcada pela repressão estudantil, pelos processos de expulsão e que impedem a organização sindical e estudantil. Além disso à essas questões está diretamente ligada à precarização da universidade: seja através da expansão do processo de terceirização dos trabalhadores, seja por parte das reduções de professores –em sua maioria por aposentadoria -, sem que haja uma renovação dos quadros.

Por isso, a mobilização dos estudantes tem se radicalizado, no uso de práticas de resistência, como a ocupação do espaço público, que é um ponto de extrema importância para se pensar o Estado, o capitalismo e o trabalho. Além disso, a criminalização que tem vindo a acontecer - primeiro com a falta de diálogo entre a reitoria e os estudantes, depois, com a presença da Polícia Militar nos *campi*, seguida finalmente pelos casos da prisão de estudantes que estavam fumando maconha no interior da universidade, em Outubro de 2011, o que

⁴ Sobre a questão da mobilização recente da Universidade de São Paulo e das universidades do Estado de São Paulo, ver ALMADA, P. (2009), *Resistência, Ocupação e Criminalização...* onde foram exploradas, através das greves de 2007, muitas das tendências que ainda estão presentes também nos acontecimentos das greves mais recentes, sobretudo, o aspecto de criminalização das questões políticas do movimento e da forte repressão do aparato policial, a negligência das autoridades universitárias em reconhecer os estudantes em uma negociação, o caráter não institucionalizado do movimento.

resultou em um ciclo de manifestações, que não defendiam o livre uso de maconha, mas sim, a revisão dos acordos da Universidade com a PM e, principalmente, a necessidade de políticas estudantis que favorecessem a integração da universidade com a comunidade e a crítica à estigmatização sobre os estudantes, vistos muitas vezes como “privilegiados” ou “rebeldes sem causa” - vem criando cisões de opinião entre os estudantes e entre a opinião pública, impondo visões estereotipadas, e utilizando cada vez mais a força policial para controlar problemas que poderiam ser resolvidos com negociação entre reitoria e estudantes.

Esse conflito, faz com que as expectativas sejam então pensadas através da insegurança – que podem ser desde a incapacidade do estudante conseguir meios para o sustento no futuro, ou até sofrer um processo de sindicância e ser impedido de conseguir terminar o seu curso – e por isso, cria inculca naturalmente que a negação da oportunidade democrática naquela instituição dita democrática será, futuramente, *a negação de seu espaço na sociedade*. Portanto, se quiséssemos estender um pouco mais dessa consideração, poder-se-ia afirmar que *a negação do espaço (do jovem) na sociedade é uma das condições fundamentais da precariedade*. Assim, não seria exagerado falar que, a mobilização que os estudantes da USP tem feito nos últimos anos envolve naturalmente os aspectos da resistência diária na universidade, mas podemos ir além disso, afirmando que em seu horizonte de expectativas está colocada apenas duas opções: a *precariedade* (que aqui deixa de ser apenas a precariedade laboral para ser pensada em sinônimo mais amplo) como privação do futuro; ou, a *resistência* e a construção de uma ofensiva que inicie-se no dia dia e que possa reverter esse quadro para horizontes mais positivos e otimistas.

Já em Portugal, nos últimos anos, tem tido destaque as greves gerais organizadas pelas centrais sindicais, as manifestações do movimento estudantil e, mais recentemente, as manifestações com novas as plataformas de movimentos, como a dos Indignados e a 15O. Sobre elas, podemos compreender sua capacidade de resistência a crise atualmente vigente e o ensaio de novas perspectivas políticas e econômicas, sobretudo, alertando às questões da precarização e da precariedade do trabalho, da redução dos direitos do trabalhador, da massificação do ensino e da recusa da democracia formal vigente. Dentre várias mobilizações, a manifestação da “Geração à Rasca”, ocorrida em 12 de Março de 2011 foi a mais significativa. Não apenas porque contou com mais de 200.000 pessoas nas ruas em todo o país naquele dia, mas porque ela é uma nítida expressão de resistência a crise social que assola o país e o sul da Europa, de forma mais geral – reflexo também das outras manifestações que estão a ocorrer na Europa, como na Grécia, na Espanha (como o caso da “Democracia Real Ya” e das “Acampadas”). Trata-se de um registro único na história de um país que silenciou-

se após o 25 de Abril e a entrada para a União Europeia, incorporando desde o traço ideológico da ética salazarista do “bom português” como também os “sonhos” provenientes da concertação entre capital e trabalho, por parte do Estado Providência. Se algo mais pode ser dito desse momento, é que se tratou de um movimento não apenas de jovens, mas um movimento que encadeou a preocupação dos jovens com a da maioria dos portugueses. Convocada por estudantes e utilizando as novas tecnologias do *Facebook*, a “Geração à Rasca” superou as expectativas dos próprios “organizadores”. E por assim dizer, não foi organizada, mas sim, auto organizada. Trouxe para os media e para setores conservadores ou ditos de esquerda uma nova possibilidade de governabilidade nacional: uma governabilidade que leve em conta os mais diversos sectores da sociedade e suas demandas. Assim, incentivou o debate político, criou novas dimensões do espaço público e traduziu as inquietações mais subjetivas: a dos jovens, por não conseguir emprego ou por serem precários; a dos pais desses jovens, por um lado, por saber que a condição inquietante da manutenção daqueles na “casa dos pais”, apenas revela que a sociedade portuguesa não deseja as alterações que vem a ser encaminhadas para o mundo laboral; por outro lado, por saberem que as medidas de austeridade econômica afetarão em muito toda a disposição da sociedade portuguesa, reduzindo salários, aumentando o desemprego.

Anunciando uma profunda crise econômica nos países do sul da Europa, anuncia-se também uma profunda crise de expectativas para os jovens de hoje e para as futuras gerações. Não que essa seja designada pelas ideologias de “fim do trabalho” ou afins, mas sim, em termos do aumento da precariedade laboral, incapacitando-se de haver qualquer dissociação dessa situação com a condição atual do trabalho. A exceção torna-se a regra. E é nessa regra que vários setores etários já estão a ser atingidos. A juventude constitui-se como um marco nesse processo – o que não significa que seja o único setor a ser afetado – pois é nele que se desmaterializam os ganhos do passado, a insegurança do presente e a incerteza do futuro. A “geração à rasca” compõe-se, portanto, como uma ampla metáfora da crise que atinge Portugal: é a crise do horizonte de expectativas, das quais só podem ser revitalizadas através da intensa mobilização e criação de novas experiências de luta e que assim, podem gerar novos manifestos que abram, não mais capacidades reformistas do Estado, mas sim, *novos parâmetros de ofensiva contra o capital*.

CONCLUSÕES

As referências sobre a precariedade laboral aqui apresentadas procuram traçar algumas

das dinâmicas atuais da precariedade do trabalho e sua relação com a democracia, em Portugal e Brasil. De forma geral, o argumento aqui seguido evidenciou algumas das questões mais debatidas atualmente, de forma a construir um panorama transnacional, ou seja, de que muitas das situações de precariedade são compartilhadas nos dois países. Para isso, o conceito de “sociedade de precários” necessita de maior aprofundamento, já que sua característica principal - a de projeção de uma sociedade a qual os jovens não tem espaço no mercado de trabalho e que há uma paulatina captura da subjetividade, conduzindo a uma incerteza quanto ao futuro – deverá cada vez mais ser uma constante, mediante a crise estrutural do capital.

Por outro lado, as formas de resistência que os movimentos de jovens e estudantes tem imprimido, nos levam ao questionamento dos limites das medidas de austeridade ou mesmo do crescimento econômico, cuja disposição política apenas democrática em sua forma e não em sua essência. Com isso, é de se considerar que a precariedade cada vez mais é uma condição do trabalho humano: é a degradação e não a dignidade o fator imperativo. Resta, portanto, analisar com profundidade as críticas elaboradas pelos movimentos e as alternativas construídas. Essas alternativas, por consequência parecem, cada vez mais, imprimir ações que tencionam para mudanças radicais – seja na democracia, seja no funcionamento econômico – das sociedades globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Pablo. **Resistência, Ocupação e Criminalização: O movimento estudantil nas greves nas universidades paulistas em 2007.** Dissertação de Mestrado. Coimbra: FEUC, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”. In: **Educação e Sociedade.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BURAWOY, Michael. **Politics of production: Factory Regimes under Capitalism and Socialism.** London: Verso, 1990.

ESTANQUE, Elísio. “A resistência ao despotismo de fábrica e reinvenção do sindicalismo - experiências, discursos e propostas emancipatórias”. In: SANTOS, B.S. Reinventar a Emancipação Social: Para novos Manifestos - Volume 5: **Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004.

KOSELLECK, Reinhard. **Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

LUKÁCS, Georg. **The ontology of Social Being – 3. Labour.** London: Merlin Press, 1980.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro:

Editora Civilização Brasileira, 2002

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEIKSINS-WOOD, Ellen. “El concepto de clase en E. P. Thompson”. In: **Cuadernos Políticos**, número 36, ediciones era, México, D.F., pp.87-105 , abril-junio 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume 1: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra: 2004.

WATERMAN, P. “Emancipar o internacionalismo operário”. In: SANTOS, B.S. Reinventar a Emancipação Social: Para novos Manifestos - Volume 5: **Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004.